

RELATÓRIO DE GESTÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS (CIAMA) EXERCÍCIO 2025

A Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama) apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025, documento que consolida as principais ações institucionais, resultados alcançados e avanços administrativos da Companhia ao longo do período. O ano de 2025 representou um marco institucional para a Ciama, que celebrou 30 anos de atuação no apoio ao desenvolvimento regional do Amazonas. Ao longo desse período, a Companhia consolidou-se como importante instrumento técnico do Governo do Estado na formulação, planejamento e execução de projetos estruturantes nas áreas de infraestrutura, saneamento, desenvolvimento regional e bioeconomia. Durante o exercício de 2025, a Ciama ampliou sua atuação no apoio aos municípios, na elaboração de projetos estratégicos e no fortalecimento da governança institucional, mantendo compromisso permanente com a eficiência administrativa e a transparência pública. Este relatório apresenta, de forma estruturada, as principais atividades desenvolvidas e práticas de gestão adotadas pela Companhia, evidenciando o alinhamento das ações da Ciama às diretrizes do Governo do Estado do Amazonas e às demandas da sociedade.

Identidade Institucional

A Ciama é uma empresa pública integrante da administração indireta do Governo do Estado do Amazonas, com atuação voltada ao planejamento, elaboração, execução e acompanhamento de projetos estratégicos de desenvolvimento regional. O Estado do Amazonas é, nos termos do disposto no §1º do artigo 5º do estatuto social da Ciama, acionista majoritário da Companhia e, portanto, controlador da sociedade, que é regida pela lei das sociedades por ações (Lei 6.404/76). O Governo do Estado do Amazonas tem uma participação percentual desse capital social autorizado subscrito integralizado de 99%, o que corresponde a dizer que o Estado do Amazonas é o acionista controlador dessa sociedade empresária, nos termos do art. 116, letra "a", "b" e § único da Lei 6.404/76. **Missão:** A Ciama tem como missão a promoção do desenvolvimento social, econômico, energético, tecnológico, industrial e ambiental do Estado do Amazonas. **Visão:** Ser uma Sociedade de Economia mista ágil, flexível, com corpo técnico capacitado e em constante atualização. **Objetivos Estratégicos:** Tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e sustentável do estado do Amazonas, competindo-lhe: Elaborar, executar ou participar de projetos, obras e serviços de engenharia, de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, portuária, de habitação, de meio ambiente, infra-estrutura de saneamento básico, de edificações, de transporte de massa, de navegação no transporte de cargas, além de projetos de reforma, ampliação e/ou adequação de prédios públicos; Promoção de Desenvolvimento econômico, execução de programas e projetos governamentais, participação acionária em empreendimentos e oportunidade de negócios; Incentivo a preservação e ampliação de empreendimentos; Convênios de cooperação nas áreas científicas, tecnológicas, de promoção econômica, de gestão empresarial e profissionalização e mão-de-obra, com instituições e entidades nacionais e internacionais. **Valores:** A Ciama orienta suas práticas de negócios a partir dos seguintes valores: Qualidade - Desempenhar as atividades institucionais com presteza, eficiência e eficácia, visando a satisfação plena dos seus clientes e da sociedade; Respeito - Aos direitos, valores e interesse dos acionistas, clientes, colaboradores, à comunidade e ao meio ambiente; Ética - Ter uma conduta moral, agindo dentro dos princípios legais, visando manter e zelar pela reputação; Transparência - Exercer uma gestão aberta, transparente e participativa, democratizando da informação e induzindo todo o corpo funcional a gerenciar suas atividades, socializando ganhos e eventuais perdas; Parceria - Reconhecemos a contribuição de todos os colaboradores, valorizando-os e desenvolvendo-os. Unindo esforços com nossos clientes e fornecedores para a redução dos custos e a melhoria dos serviços.

Planejamento Estratégico e Governança

A governança da Ciama está estruturada de forma a garantir transparência, eficiência administrativa e alinhamento estratégico com as políticas públicas estaduais. A estrutura de governança da Companhia é composta da seguinte forma: Conselho de Administração: Responsável pela definição das diretrizes estratégicas da Companhia e pela supervisão da gestão executiva; Diretoria Executiva: Responsável pela gestão administrativa e operacional da empresa, incluindo a execução dos projetos institucionais e o cumprimento das metas estratégicas; e Conselho Fiscal: Responsável pelo acompanhamento da gestão financeira e pela fiscalização das contas da Companhia. Esta atuação integrada assegura a observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão pública.

Controle Interno e Compliance

No exercício de 2025, a Ciama aperfeiçoou o sistema de controle interno, com ênfase na gestão de riscos, integridade institucional e conformidade normativa. As atividades foram integralmente orientadas pelo Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI 2025), instrumento elaborado com base na Matriz de Riscos Organizacionais e em estrita observância às normas aplicáveis às sociedades de economia mista, assegurando abordagem técnica, sistemática e alinhada às melhores práticas de auditoria governamental. No âmbito da execução das auditorias internas, a Controladoria Interna da companhia atuou de forma abrangente, alcançando áreas sensíveis e estratégicas da gestão administrativa e operacional. Foram realizadas auditorias nas áreas de patrimônio (com foco no exercício de 2024), almoxarifado, ouvidoria, recursos humanos, licitações e pagamentos contratuais, diárias e passagens, suprimento de fundos, bem como análise baseada em parecer de auditor independente. Essas ações permitiram a verificação da conformidade dos processos, a identificação de fragilidades e oportunidades de melhoria, além

do fortalecimento dos controles internos e da mitigação de riscos operacionais, financeiros e de integridade.

Paralelamente às atividades de auditoria, a Ciama promoveu significativo avanço no campo normativo e estruturante, especialmente em decorrência das exigências estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 50.868/2024. Nesse contexto, foram revisados, atualizados e aprovados instrumentos essenciais à governança institucional, tais como o Código de Ética, Conduta e Integridade, o Programa de Integridade e Compliance, o Plano de Integridade e o Relatório do Programa de Compliance referente ao exercício de 2025, consolidando um arcabouço normativo moderno, coerente e plenamente aderente às melhores práticas de gestão pública.

Destaca-se, ainda, a atuação diligente da Controladoria Interna no cumprimento tempestivo das exigências legais, com a formalização da adesão da Ciama ao Programa Estadual de Integridade dentro do prazo legal, bem como a submissão dos documentos institucionais à Controladoria-Geral do Estado do Amazonas (CGE/AM) para análise.

Em resposta, a Companhia obteve manifestação favorável da CGE/AM, que reconheceu a conformidade do Plano de Integridade e recomendou a continuidade de sua implementação, evidenciando o elevado grau de maturidade institucional alcançado.

No que se refere ao monitoramento do Programa de Integridade, a Controladoria Interna alcançou resultados expressivos, com o cumprimento integral (100%) das metas estabelecidas e a capacitação de aproximadamente 95% dos empregados da Companhia em temas relacionados à ética, integridade e compliance.

Esse desempenho demonstra a efetividade das ações implementadas e o fortalecimento da cultura organizacional baseada na ética, transparência e responsabilidade institucional. Em complemento, foram implementadas diversas ações estruturantes voltadas ao aprimoramento da governança e da cultura de integridade, dentre as quais se destacam: a revisão periódica dos riscos de integridade e o acompanhamento das medidas de mitigação; a realização de reuniões de governança e análise crítica da alta direção; o fortalecimento e ampla divulgação dos canais de denúncia; a publicação de instrumentos institucionais de transparência, como o Código de Ética revisado, cartilhas e políticas de prevenção à corrupção, assédio e proteção de dados pessoais; além da inserção de conteúdos de integridade nos processos de integração de novos empregados.

A Controladoria também promoveu relevantes iniciativas de sensibilização e engajamento institucional, incluindo campanhas educativas sobre o Programa de Integridade, Código de Ética, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e saúde mental no ambiente de trabalho. Ademais, realizou a aplicação de pesquisa de clima ético e de integridade, instrumento essencial para a aferição da percepção dos colaboradores e identificação de oportunidades de melhoria contínua no ambiente organizacional.

No campo das boas práticas, destaca-se a realização da Semana da Integridade, com palestras e atividades educativas, bem como a promoção de workshops voltados à apresentação de melhorias de controle interno implementadas pelos diversos setores da Companhia. Ressalte-se, ainda, a criação de iniciativas inovadoras, como a designação de "embaixadores da integridade" em unidades parceiras, a realização de visitas técnicas para avaliação do clima ético em ambientes externos e o fortalecimento da comunicação institucional por meio de materiais informativos e sinalização nos ambientes de atuação.

Em relação ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), a Ciama manteve sua trajetória evolutiva, permanecendo classificada em nível aprimorado de aderência às boas práticas de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, resultado direto do esforço contínuo da Controladoria Interna em consolidar mecanismos eficazes de governança e integridade.

Adicionalmente, promoveu o fortalecimento do relacionamento institucional por meio de ações de *benchmarking*, recebendo representantes de diversos órgãos da Administração Pública Estadual, como a Secretaria de Estado de Energia, Mineração e Gás do Amazonas (Semig), Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais (Serfi) e Secretaria de Estado de Administração e Gestão (Sead), para apresentação das práticas adotadas pela companhia relacionadas à integridade e compliance, consolidando a Ciama como referência no âmbito estadual.

Cumprir destacar que todas essas ações foram viabilizadas pelo apoio contínuo da Alta Administração, que assegurou à Controladoria Interna autonomia técnica, acesso irrestrito às informações e os recursos necessários ao pleno exercício de suas atribuições, em consonância com a Portaria nº 054/2023-GCG/CGE-AM. Tal suporte institucional foi determinante para a efetividade das recomendações emitidas e para a consolidação do sistema de controle interno da Companhia.

O conjunto das atividades desenvolvidas ao longo do exercício de 2025 contribuiu significativamente para o fortalecimento da governança corporativa, o aprimoramento dos processos internos e a consolidação de uma cultura organizacional baseada na ética, transparência e responsabilidade.

Esse cenário institucional robusto refletiu-se, inclusive, na manutenção da recomendação das certificações ISO 9001 e 14001, atestando a excelência dos processos da Ciama e o compromisso contínuo com a melhoria do Sistema de Gestão Integrado e com o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas.

Certificação - ISO 9001 e ISO 14001

Em 2025, a Ciama deu continuidade à sua política de comprometimento com a melhoria do Sistema de Gestão Integrado (SGI), aliado às boas práticas de segurança e meio ambiente, garantindo a recomendação da manutenção

dupla certificação, relativas à excelência na prestação dos serviços com a satisfação dos clientes e iniciativas de proteção ao meio ambiente. O reconhecimento foi feito pelo Organismo Certificador internacional Rina-Brasil. O escopo da auditoria externa, encerrada em dezembro, envolveu a excelência na elaboração de viabilidade técnica econômica em estudos e projetos de engenharia e de desenvolvimento socioeconômico e sustentável do Estado do Amazonas.

No total, a Ciama dispõe de 17 procedimentos revisados ou validados. São eles: Auditoria Interna; Não Conformidade e Corretiva; Segurança da Informação; Treinamento & Desenvolvimento; Gerenciamento de Mudança; Aspectos e Impactos Ambientais; Gerenciamento de Resíduos; Comunicação; Aquisição de Materiais e Serviços; Financeiro; Pesquisa de Satisfação de Clientes; Patrimônio; Monitoramento e Medição; Segurança do Trabalho; Procedimento de Segurança Patrimonial e Transporte; Procedimento de Suprimento de Fundo; e Procedimento de Recrutamento e Seleção. Também foram elaboradas, revisadas e/ou validadas cinco Folhas de Processos: Preservação de Materiais; Estudos e Projetos; Processos Administrativos e Jurídicos; Solicitação e Elaboração de Projetos Básicos ADM; e Processo de Pagamento de Contratos.

Reconhecimento e premiação

Como reconhecimento institucional pelos avanços alcançados, a Ciama foi agraciada, em 12 de março de 2025, com o Selo Diamante de Qualidade da Gestão Pública, concedido pelo Governo do Estado do Amazonas às instituições que se destacam pela adoção de boas práticas de gestão, governança e controle interno no exercício de 2025, tal reconhecimento se insere em uma trajetória evolutiva consistente, uma vez que, no exercício de 2024, a Companhia já havia sido contemplada com o Selo Ouro de Gestão de Qualidade do Sistema de Controle Interno, concedido pela Controladoria-Geral do Estado, evidenciando a progressiva maturidade e consolidação de suas práticas de governança.

Desde a criação da Controladoria Interna, em 2019, a Ciama vem investindo continuamente no aprimoramento de seus processos administrativos e no fortalecimento de seus mecanismos de controle, com destaque para a implementação e evolução do Programa de Compliance e Integridade, alinhado às diretrizes nacionais de prevenção e combate à corrupção.

Durante o exercício de 2025, a Ciama fortaleceu seus mecanismos de controle interno, governança e integridade institucional. Entre as principais ações implementadas destacam-se: Revisão e divulgação do Programa de Integridade e Compliance; Plano Anual de Auditoria Interna; Matriz de Gestão de Riscos; Adequação aos dispositivos do Decreto Estadual nº 50.868/2024. Essas medidas contribuíram para prevenir irregularidades, fortalecer os mecanismos de controle interno e assegurar maior transparência na gestão institucional. Esses mecanismos permitiram à Companhia acompanhar a execução de suas iniciativas e promover ajustes necessários para o alcance das metas estabelecidas, além de manter um relacionamento institucional proativo com os órgãos de controle, incluindo o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) e a Controladoria-Geral do Estado (CGE-AM).

Transparência, Ouvidoria e Controle Social

A Ciama mantém canais institucionais de comunicação com a sociedade, garantindo transparência ativa e acesso à informação. No exercício de 2025 foram registradas manifestações na Ouvidoria institucional envolvendo pedidos de informação, sugestões e demandas administrativas, todas devidamente analisadas e respondidas dentro dos prazos estabelecidos pela legislação.

A Companhia também manteve atualização permanente de seu Portal da Transparência (, disponibilizando informações institucionais, relatórios de gestão, contratos administrativos e dados de execução orçamentária.

Compromisso de atendimento: Atender ao Público beneficiário dos serviços prestados pela Ciama com respeito, urbanidade e cortesia; Prestar atendimento prioritário às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo, aos obesos, e as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA); Receber, registrar e dar tratamento às manifestações do público interno e externo referentes aos serviços prestados pela Ciama; Informar o interessado das providências adotadas em relação à manifestação apresentada, com respeito, agilidade e transparência; Organizar e manter arquivo físico e/ou eletrônico relativo às manifestações, resguardando o sigilo das informações; Proceder análise das manifestações registradas de forma sistêmica, para identificar oportunidades de melhoria, e sugerir medidas de aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Ciama; e Zelar pela aplicação dos princípios definidos em lei, no Código de Conduta e Integridade, no Regimento Interno e nos objetivos e valores da Ciama no âmbito da sociedade.

Canais de atendimento: A Ciama recebe as demandas da Ouvidoria nas seguintes plataformas: Fala.BR: <https://falabr.cgu.gov.br/web/home>; Site da Ciama: <http://www.ciama.am.gov.br/institucional/fale-conosco>; Ouvidoria da Ciama: ouvidoria@ciama.am.gov.br; Telefone: (92) 2123-9950; Horário: De Segunda-feira a sexta-feira, 8h às 12h e das 13h às 17h.

Plataforma Integrada de Ouvidorias (Fala.BR): A Plataforma Integrada de Ouvidorias Fala.BR (antigo e-Ouv) foi criada para receber e analisar denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões, além de solicitações de Acesso à Informação, referentes a serviços públicos prestados pelos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual. Portanto, cabe à Subcontroladoria-Geral de Transparência e Ouvidoria (SGTO), através do Departamento de Ouvidoria e Controle Social (DOCS), gerir os sistemas eletrônicos de ouvidoria do Poder Executivo Estadual, conforme Decreto Estadual nº 40.824, de 17 de junho de 2019, em seu artigo 15, II. A Unidade de Ouvidoria da Ciama, trata as manifestações demandadas, acompanha,

reponde ao cidadão e propõe a adoção de medidas de melhoria visando a satisfação dos usuários do Sistema Estadual de Ouvidoria.

A Unidade de Ouvidoria também procura se fazer presente nas capacitações permanentes promovidas pela Controladoria Geral do Estado, e outras capacitações. A Companhia, no sistema Fala.BR, recebeu três manifestações registradas no período de 01/01/2025 a 31/12/2025, as manifestações foram registradas nos meses de abril, junho e julho, com 2 (dois) pedidos de acesso à informação e 1 (uma) reclamação (que chegou com um título de “Abastecimento e Armazenagem” mas sem nenhuma descrição ou informação), os pedidos de acesso à informação tratavam-se sobre uma solicitação de informações de contratos com agências de publicidade e marketing que a Companhia tivesse contratado nos últimos anos e a outra tratava-se sobre uma solicitação de um relatório anual de bens e serviços, referente aos exercícios 2023 e 2024. As demandas foram recebidas e respondidas dentro do prazo estipulado pelo sistema Fala Br, as demais plataformas de acesso da Ouvidoria não receberam nenhuma solicitação.

Manifestações atendidas pela Ouvidoria: No primeiro semestre de 2025 foi registrada uma demanda e no segundo semestre recebemos 2 (duas) manifestações. Foram recebidas duas solicitações de pedidos de acesso à informação e uma Reclamação, que foram tratadas e respondidas dentro do prazo. Ressalta-se que a “RECLAMAÇÃO” registrada no mês de junho de 2025, chegou com o seguinte título: “Abastecimento e Armazenagem”, porém, não foi realizado nenhuma descrição ou informação sobre a reclamação registrada, a presente demanda foi respondida solicitando que o usuário realizasse o complemento da informação e descrevesse a sua reclamação, mas até o presente momento nada foi respondido e registrado de volta no sistema Fala.BR.

Infraestrutura e Saneamento

No exercício de 2025, a Ciama manteve atuação estratégica na elaboração e execução de projetos voltados à melhoria da infraestrutura urbana e ao fortalecimento dos sistemas de saneamento básico em municípios do interior do Amazonas. Foram desenvolvidas ações de planejamento, atualização e acompanhamento técnico de sistemas de abastecimento de água nos municípios de Uruará, Silves, Pauini, Boca do Acre, Tonantins, Presidente Figueiredo e Boa Vista do Ramos.

Essas intervenções representam projetos que preveem investimentos superiores a R\$ 60 milhões em infraestrutura de saneamento, contribuindo para a ampliação do acesso à água tratada e para a melhoria das condições de saúde pública das populações atendidas.

Entre os projetos estruturantes elaborados pela Companhia destaca-se o projeto para construção do Ginásio Multiuso Poliesportivo do município de Uruará, com valor estimado de R\$ 4.443.673,27.

Engenharia, Estudos Técnicos e Projetos Estratégicos

No exercício de 2025, a Ciama também desenvolveu estudos técnicos e projetos de engenharia voltados à modernização da infraestrutura pública, eficiência energética e apoio ao planejamento estratégico do Estado. Entre as principais iniciativas realizadas, destacam-se:

Projeto de Usina Solar Fotovoltaica da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas (IOA) - Foi elaborado o estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação de uma usina solar fotovoltaica destinada ao atendimento da demanda energética da Imprensa Oficial do Estado. O estudo compõe a base para o processo licitatório de contratação da empresa responsável pela implantação do sistema. Na sequência, também foi elaborado o projeto executivo da usina solar, concluído e entregue em abril de 2025, contendo especificações técnicas e parâmetros de dimensionamento da solução energética.

Análise técnica de demanda energética da Sedecti - A Ciama realizou análise técnica para redimensionamento da demanda de energia contratada da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti). O estudo permitiu avaliar parâmetros de consumo e subsidiar a otimização do contrato de fornecimento de energia elétrica da unidade administrativa.

Contribuições técnicas para o Plano Estadual de Fertilizantes e Biofertilizantes - Atendendo solicitação da Secretaria de Energia, Mineração e Gás do Amazonas (Semig), a equipe técnica da Ciama elaborou contribuições para a construção da minuta do Plano Estadual de Fertilizantes e Biofertilizantes e da Política Especial Tributária do Amazonas, documento estratégico voltado ao fortalecimento da produção agrícola e da segurança alimentar no estado.

Essas ações demonstram o papel da Companhia como suporte técnico especializado do Governo do Estado na formulação de soluções voltadas à eficiência energética, planejamento estratégico e desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento Sustentável e Bioeconomia - A bioeconomia constitui um dos eixos estratégicos de atuação da Ciama. Em 2025, a Companhia ampliou sua participação na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável no Amazonas.

A Ciama integrou o Comitê Gestor do Plano Estadual de Bioeconomia e conduziu diálogos participativos em municípios estratégicos, reunindo produtores, empreendedores e gestores públicos para discutir oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável.

A Companhia também participou do **Fórum Amazonas + Municípios**, reforçando o papel institucional de articulação entre o Governo do Estado e as prefeituras municipais. O evento reuniu prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, gestores públicos e representantes de órgãos estaduais e federais, constituindo-se em um importante espaço de troca de experiências, alinhamento institucional e apresentação de programas e iniciativas

governamentais voltadas ao fortalecimento da gestão municipal. Durante o Fórum, a Ciama apresentou suas áreas de atuação e destacou os serviços técnicos que a Companhia disponibiliza aos municípios, especialmente nas áreas de elaboração de projetos de infraestrutura, saneamento básico, planejamento urbano, desenvolvimento regional e apoio à bioeconomia.

A participação da Companhia também teve como objetivo ampliar o diálogo com gestores municipais, identificar demandas prioritárias das administrações locais e apresentar oportunidades de cooperação técnica para o desenvolvimento de projetos estruturantes no interior do estado.

Além da participação institucional no evento, a equipe técnica da Ciama realizou atendimentos e orientações a representantes municipais, esclarecendo dúvidas sobre a elaboração de projetos, captação de recursos e parcerias institucionais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios amazonenses.

Diálogos Participativos do Plano Estadual de Bioeconomia - Como integrante do Comitê Gestor do Plano Estadual de Bioeconomia, a Ciama participou da realização de diálogos participativos em municípios do interior do Amazonas, com o objetivo de identificar demandas locais e contribuir para a construção coletiva da política pública estadual. Em maio de 2025 foram realizados encontros nos municípios de: Boca do Acre e Pauini. Os eventos reuniram representantes do poder público, produtores locais, empreendedores e organizações da sociedade civil, promovendo debates sobre temas estratégicos como governança, patrimônio cultural e genético, desenvolvimento de negócios sustentáveis, energias renováveis e descarbonização da economia. Essas atividades contribuíram para consolidar uma visão participativa na elaboração do Plano Estadual de Bioeconomia e fortalecer a integração entre o Governo do Estado e os municípios.

Estudos Socioeconômicos e Inteligência para Políticas Públicas - Durante o ano de 2025, a Ciama também desenvolveu estudos estratégicos voltados à produção de informações técnicas para subsidiar políticas públicas e apoiar a gestão municipal. Entre as iniciativas destacam-se:

Perfil Socioeconômico e Ambiental de Municípios - Foi elaborado estudo detalhado contendo informações sobre características demográficas, sociais, econômicas e ambientais do município de Benjamin Constant, constituindo ferramenta de apoio à formulação de políticas públicas e ao planejamento territorial.

Estudo comparativo de indicadores de gestão municipal - A Companhia também produziu o estudo “Os Municípios do Estado do Amazonas e os Indicadores de Gestão Municipal – um referencial comparativo por região geográfica e por município”. O trabalho utilizou como base metodológica o Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA), permitindo comparar o nível de desempenho da gestão pública municipal e fornecer subsídios técnicos para o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

Apoio aos Municípios e Capacitação Técnica - Em 2025, a Ciama deu continuidade às ações de fortalecimento da gestão pública municipal por meio de programas de capacitação técnica e apoio institucional às prefeituras do interior do Amazonas. Destaca-se a realização do Curso de Licitações e Contratos no município de Pauini, que contou com a participação de 102 servidores municipais. A iniciativa teve como objetivo aprimorar a gestão administrativa e promover maior segurança jurídica nos processos de contratação pública.

Espaço Prefeituras e Atendimento Técnico Municipal - Como parte das ações de fortalecimento da cooperação institucional com os municípios amazonenses, a Ciama manteve iniciativas voltadas ao atendimento direto a gestores municipais, oferecendo orientação técnica, apoio na elaboração de projetos e esclarecimentos sobre programas de desenvolvimento regional.

Essas iniciativas buscaram ampliar o acesso dos municípios a informações técnicas, apoiar a captação de recursos e fortalecer a capacidade administrativa das prefeituras. Durante o exercício de 2025, as equipes técnicas da Companhia realizaram atendimentos institucionais e orientações a representantes municipais em temas relacionados a: elaboração de projetos de infraestrutura e saneamento; planejamento urbano e desenvolvimento regional; acesso a linhas de financiamento e programas governamentais; e elaboração de projetos voltados à captação de recursos públicos e privados.

Essas ações reforçaram o papel da Ciama como instrumento técnico de apoio às administrações municipais, contribuindo para melhorar a qualidade do planejamento público local e ampliando a capacidade de implementação de políticas públicas no interior do estado.

Parcerias Institucionais

A atuação da Ciama é fortemente baseada na articulação institucional com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades de pesquisa, organismos internacionais e administrações municipais. Essas parcerias são fundamentais para ampliar a capacidade técnica da Companhia e viabilizar a execução de projetos estratégicos voltados ao desenvolvimento regional do Estado. No âmbito estadual, a Ciama manteve ao longo do ano de 2025, cooperação técnica com diversos órgãos do Governo do Estado do Amazonas, entre os quais se destacam: Secretaria de Estado de Administração e Gestão (Sead); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti); Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema); Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (Sedel); Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz); e a Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais (Serfi).

Essas parcerias institucionais possibilitaram o desenvolvimento de projetos integrados nas áreas de infraestrutura, energia renovável, desenvolvimento econômico, sustentabilidade e bioeconomia. A Companhia também manteve cooperação com instituições voltadas ao fortalecimento da gestão pública e ao

apoio aos municípios amazonenses, destacando-se: Associação Amazonense de Municípios (AAM); Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam); Escola de Gestão e Aperfeiçoamento do Servidor Público (Esasp); e Defesa Civil do Estado do Amazonas. Essas parcerias contribuíram para a capacitação de servidores públicos, elaboração de projetos estruturantes e fortalecimento da gestão estadual e municipal. A Companhia manteve, ainda parcerias com instituições acadêmicas e de pesquisa, com destaque para: Universidade do Estado do Amazonas (UEA); e o Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões (Pactas).

Essas cooperações contribuíram para o desenvolvimento de estudos técnicos, projetos de inovação e iniciativas voltadas à bioeconomia e ao desenvolvimento sustentável. No âmbito da cooperação internacional, destaca-se a parceria com a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)* - Agência Alemã de Cooperação Internacional, voltada ao fortalecimento de projetos de bioeconomia, capacitação técnica e desenvolvimento sustentável no Amazonas. A cooperação inclui iniciativas relacionadas à qualificação de servidores públicos e ao fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica. Além disso, a Ciama manteve cooperação permanente com as prefeituras municipais do interior do Amazonas, atuando na elaboração de projetos de infraestrutura, saneamento básico, planejamento urbano e desenvolvimento regional. Por meio dessas parcerias institucionais, a Companhia fortaleceu sua capacidade de atuação técnica e ampliou a articulação entre diferentes esferas de governo, instituições de pesquisa e organismos de cooperação, consolidando-se como instrumento estratégico do Governo do Estado do Amazonas na promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Atração de Investimentos e Projetos Estratégicos

A Ciama participou do Workshop Avançado de Atração de Investimentos - “Invista Mais Estado”, realizado em maio de 2025, iniciativa voltada à promoção de projetos estruturantes capazes de atrair investimentos privados para os estados brasileiros. Durante o workshop foram desenvolvidos projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e à diversificação da matriz econômica do Amazonas, com participação técnica da Ciama na elaboração de propostas relacionadas a: Energia limpa e fertilizantes sustentáveis, com foco em economia circular em larga escala; Projeto Sol da Amazônia, voltado à implantação de usinas solares sustentáveis em áreas antropizadas do estado. Essas iniciativas buscaram ampliar a participação do Amazonas na agenda global de investimentos sustentáveis e fortalecer o desenvolvimento econômico regional.

Tecnologia da Informação e Modernização Administrativa

A modernização administrativa constitui um dos pilares da gestão institucional da Ciama, com foco na melhoria da eficiência operacional, na integração dos processos internos e no fortalecimento da transparência administrativa.

Nesse contexto, a Companhia investiu na implantação e no aperfeiçoamento de sistemas informatizados de gestão, permitindo maior controle das atividades administrativas, financeiras e operacionais. A adoção de plataformas integradas de gestão possibilitou maior eficiência na execução de processos internos, além de aprimorar a confiabilidade das informações institucionais. Entre as iniciativas implementadas destaca-se a utilização de sistemas corporativos de gestão administrativa e financeira, que permitiram o acompanhamento em tempo real de processos orçamentários, contratos administrativos e execução de despesas. A modernização tecnológica também contribuiu para fortalecer os mecanismos de transparência pública e acesso à informação. A Companhia mantém atualizado seu portal institucional e disponibiliza canais digitais que permitem à sociedade acessar informações sobre atividades institucionais, projetos executados, relatórios administrativos e dados de interesse público. Além disso, a adoção de ferramentas tecnológicas contribuiu para a digitalização de processos administrativos, redução do uso de documentos físicos e maior agilidade na tramitação interna de procedimentos, promovendo maior eficiência e sustentabilidade na gestão pública.

Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas constitui um elemento estratégico para o fortalecimento institucional da Ciama e para a qualidade dos serviços prestados à sociedade. A Companhia busca manter um corpo técnico qualificado e comprometido com os princípios da administração pública, promovendo o desenvolvimento profissional de seus colaboradores e o aprimoramento contínuo das competências institucionais. Nesse sentido, a Ciama incentivou a participação de seus colaboradores em programas de capacitação, cursos de aperfeiçoamento e atividades de atualização profissional, com o objetivo de fortalecer as capacidades técnicas da equipe e acompanhar as demandas crescentes da gestão pública contemporânea.

Entre as iniciativas voltadas ao desenvolvimento profissional destacam-se ações de capacitação nas áreas de gestão pública, fiscalização de contratos, governança, integridade e planejamento institucional. Essas atividades contribuíram para aprimorar o desempenho funcional e garantir maior eficiência na execução das atividades da Companhia.

A gestão de pessoas na Ciama também buscou promover um ambiente de trabalho pautado pelo respeito, ética e valorização dos colaboradores, alinhado aos princípios institucionais da organização. A Companhia incentivou práticas de convivência profissional saudável e adota medidas voltadas à prevenção de assédio moral, discriminação e outras formas de conduta incompatíveis com a administração pública. Por meio dessas iniciativas, a Ciama buscou fortalecer sua capacidade institucional e garantir que seu corpo técnico esteja preparado para enfrentar os desafios relacionados ao desenvolvimento regional e à implementação de políticas públicas no Estado do Amazonas.

Considerações Finais

O exercício de 2025 representou um período de consolidação institucional para a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas. As ações desenvolvidas ao longo do ano demonstram o compromisso da Companhia com a promoção do desenvolvimento regional sustentável e com o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao crescimento socioeconômico do Estado. A atuação da Ciama evidencia a importância de instituições técnicas capazes de apoiar o planejamento e a execução de projetos estruturantes, contribuindo para ampliar o acesso da população a serviços públicos essenciais e estimular oportunidades de desenvolvimento no interior do Amazonas. Ao longo de sua trajetória institucional, a Companhia tem buscado aprimorar seus mecanismos de governança, fortalecer parcerias institucionais e ampliar sua capacidade técnica, consolidando-se como importante instrumento do Governo do Estado para a implementação de políticas públicas. Os resultados alcançados reforçam a relevância da atuação da Ciama no cenário regional e apontam perspectivas positivas para a continuidade das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do Amazonas.

É o Relatório, a Diretoria Executiva.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS
C.N.P.J. 00.624.961/0001-77
BALANÇO PATRIMONIAL – EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025

	ATIVO	N.E.	2025	2024
CIRCULANTE			20.468.896,43	13.771.076,91
Caixa e Equivalente de Caixa	4		18.917.539,89	11.524.496,92
Bancos com movimento			39,56	157,41
Aplicações imediatas			18.917.500,33	11.524.339,51
Realizáveis a Curto Prazo	5		1.214.946,54	2.246.042,85
Tributos e Contribuições a compensar			1.214.946,54	2.246.042,85
Adiantamentos	6		336.410,00	537,14
Despesas pagas antecipadamente (adiantamentos)			336.410,00	537,14
NÃO CIRCULANTE			41.579.002,58	41.512.133,42
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			0,00	0,00
Créditos de Depósitos e Cauções			0,00	0,00
Bloqueio Judicial			0,00	0,00
PERMANENTE			41.579.002,58	41.512.133,42
Investimentos			28.077.370,94	28.077.370,94
Participação Capital de Outras Companhias	7		29.677.370,94	29.677.370,94
INTERMEF - INTEGRAÇÃO MED. HOSP. FARMACÊUTICO S.A.			1.600.000,00	1.600.000,00
AGROPAM - AGRICULTURA E PECUÁRIA AMAZONAS S.A.			19.952.441,36	19.952.441,36
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS - COSAMA			6.124.929,58	6.124.929,58
MANIVA AGROINDÚSTRIA DA AMAZONIA LTDA			1.000.000,00	1.000.000,00
CIA. AMAZ. DE DESEN. E IMOBILIZ. DE ATIVOS-CADA S/A			1.000.000,00	1.000.000,00
(-) Provisão para Perdas em Investimentos			(1.600.000,00)	(1.600.000,00)
INTERMEF - INTEGRAÇÃO MED. HOSP. FARMACÊUTICO S.A.			(1.600.000,00)	(1.600.000,00)
Imobilizado	8		813.075,39	371.652,63
Bens Móveis			1.816.178,56	1.773.705,36
(-) Provisão para Depreciação			(1.062.643,29)	(1.466.282,09)
Benfeitorias em Bens de Terceiros			976.850,92	976.850,92
(-) Provisão para Amortização			(917.310,80)	(912.621,56)
Intangível			12.688.556,25	13.063.109,85
Intangível			16.673.394,57	16.673.394,57
(-) Amortização do Intangível			(3.984.838,32)	(3.610.284,72)
TOTAL DO ATIVO			62.047.899,01	55.283.210,33
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		N.E.	2025	2024
CIRCULANTE			3.714.161,80	2.016.574,99
Fornecedores	9		182.472,45	75.545,38
Fornecedores de Serviços			182.472,45	45.582,98
Contas a Pagar			0,00	29.962,40
Obrigações Sociais e Fiscais			678.988,91	806.466,62
Obrigações Previdenciárias			678.988,91	785.072,32
Salários a pagar			0,00	21.394,30
Empréstimos e financiamentos	10		60.781,97	0,00
Empréstimos			60.781,97	0,00
Provisões	11		2.223.573,17	557.298,86
Provisões Trabalhistas			2.223.573,17	557.225,90
Provisões para Débitos Fiscais			0,00	72,96
Obrigações Tributárias			568.345,30	577.264,13
Impostos retidos a recolher			568.345,30	577.264,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		58.333.737,21	53.266.635,34
Capital Social			381.920.024,61	343.505.592,64
Capital Subscrito			500.000.000,00	376.000.000,00
(-) Capital a Integralizar			(118.079.975,39)	(32.494.407,36)
Ajuste de Avaliação Patrimonial			(210.611.206,87)	(210.611.206,87)
Prejuízos Acumulados			(112.975.080,53)	(79.627.750,43)
TOTAL DO PASSIVO			62.047.899,01	55.283.210,33

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025

EVENTOS	N.E.	2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS		0,00	0,00
Receita Operacional Bruta de vendas e serviços		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		0,00	0,00
Deduções da Receita Bruta		0,00	0,00
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		0,00	0,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(35.252.474,55)	(33.833.133,88)
Despesas Administrativas	14	(3.579.578,11)	(4.314.616,43)
Despesas com Pessoal e Encargos		(33.011.209,64)	(30.883.606,66)
Despesas Tributárias	15	(64.713,54)	(40.257,72)
Depreciação e Amortização		(615.138,32)	(714.723,68)
Resultado Financeiro Líquido		2.018.165,06	120.070,61
Receitas Financeiras	13	2.018.497,23	675.137,02
(-) Despesas Financeiras		(332,17)	(555.066,41)
(=) LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL (EBTI)		(35.252.474,55)	(35.833.133,88)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	13	1.905.144,45	16.841.855,02
Despesas Diversas		(0,00)	287.564,86
Doação de Bens Móveis		(0,00)	(287.564,86)
Receitas Diversas		1.905.144,45	17.129.419,88
Recuperação de Despesa		1.256.106,21	41.591,03
Receita não operacional		639.534,28	0,00
Outras Receitas		9.503,96	13.282,55
Contribuição do Estado para Custeio		0,00	17.074.546,30
(=) LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PROVISÃO P/IRPJ E CSLL (EBITDA)		(33.347.330,10)	(18.991.278,86)
(-) Provisão para CSLL		0,00	0,00
(-) Provisão para IRPJ		0,00	0,00
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16	(33.347.330,10)	(18.991.278,86)
QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS RESULTADO POR AÇÃO		73.446.158,58	62.880.630,82
		(0,4540)	(0,3020)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Prejuízo Líquido do Exercício	(33.347.330,10)	(18.991.278,86)
(+/-) AJUSTES DO RESULTADO LÍQUIDO		
Depreciações e Amortizações	615.138,32	714.723,68
Alienações de Imobilizado	639.534,28	(0,00)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	(33.371.726,06)	(18.276.555,18)
I - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(AUMENTO) OU REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	695.223,45	(3.726.520,17)
Impostos a recuperar	1.031.096,31	(1.990.111,32)
Adiantamentos	335.872,86	(15.589,12)
Bloqueio Judicial	0,00	1.720.819,73
(AUMENTO) OU (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	1.636.804,84	(405.486,65)
Fornecedores	106.927,07	53.132,39
Obrigações Trabalhistas e Sociais	127.477,71	(133.538,62)
Obrigações Tributárias	8.918,83	87.677,43
Provisões Trabalhistas	1.666.274,31	(131.138,21)
CAIXA APLICADO NAS OPERAÇÕES	2.332.028,29	(4.132.006,82)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(31.039.697,77)	(14.144.548,36)
II - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aportes de Capital - Governo do Estado do Amazonas	38.414.431,97	16.526.312,36
Aquisições e baixas de Bens Imobilizados	42.473,20	(237.016,66)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	38.371.958,77	(16.763.329,02)
III - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos consignados	(60.781,97)	2.919,14
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(60.781,97)	2.919,14
AUMENTO OU (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	7.393.042,97	(2.615.861,52)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	11.524.496,92	8.908.635,40
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do Exercício	18.917.539,89	11.524.496,92
AUMENTO OU (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	7.393.042,97	(2.615.861,52)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025**

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE VARIACÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	343.505.592,64	(210.611.206,87)	(79.627.750,43)	53.266.635,34
Prejuízo do Exercício	-	-	(33.347.330,10)	(33.347.330,10)
Aporte de Capital Acionistas - Governo do Estado do Amazonas	38.414.431,97	-	-	38.414.431,97
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	381.920.024,61	(210.611.206,87)	(112.975.080,53)	58.333.737,21

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA é uma sociedade anônima, dotada de personalidade jurídica de direito privado, por ações ordinárias, com sede e foro na cidade de Manaus/AM, com prazo de duração indeterminado. A CIAMA foi criada pela Lei Estadual nº 2.326, de 08 de maio de 1995, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, podendo por decisão do Conselho de Administração criar ou estabelecer, no País no Exterior, agências, escritórios de representação, filiais e subsidiárias, observadas as disposições legais e respeito. A sociedade tem por objetivos promover o desenvolvimento social, econômico, energético, tecnológico, industrial e ambiental do Estado do Amazonas, competindo-lhe ainda: Elaborar, executar ou participar de projetos, obras e serviços de engenharia, de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, portuária, de habitação, de meio ambiente, de infraestrutura de saneamento básico, de edificações, de transporte de massa, de navegação no transporte de cargas, além de projetos de reforma, ampliação e/ou adequação de prédios públicos, empreendimentos turísticos em geral e engenharia consultiva, bem como a execução de programas e projetos governamentais;

Implementar as ações que assegurem o fomento dos setores produtivos do Estado, mediante a execução das atividades de atração, incentivo a criação, preservação e ampliação de empreendimentos, bem como da implantação de programas e projetos de estímulo a atividade econômica e outras necessárias ao seu desenvolvimento;

Estabelecer convênios de cooperação nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, de gestão empresarial e de profissionalização da mão-de-obra com instituições e entidades nacionais e internacionais;

Praticar atos de comércio e indústria, serviços e operações que forem necessárias a consecução de seus objetivos sociais;

Prestar assistência técnica a instituições e entidades na elaboração e negociação de projetos para a captação de recursos, na promoção de negócios e produtos e em marketing e qualidade, bem como realizar estudos, pesquisas e informações necessárias aos seus objetivos sociais e do desenvolvimento do Estado;

Participar do capital social de outras pessoas jurídicas, diretamente ou através da emissão de debêntures conversíveis ou, não-conversíveis em ações, bem como pela captação de recursos de terceiros, constituição e administração de fundos de investimentos de capital de risco para pequenas e médias pessoas jurídicas.

2. Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76 e de alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/09, conjugadas com as normas Brasileira de Contabilidade (NBCs), e instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

No exercício findo em 2025, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

3. Principais Práticas Contábeis

Para elaboração das demonstrações contábeis, foram realizadas as principais práticas contábeis. Os resultados a seguir são apresentados em reais.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidades)

Os valores reconhecidos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa referem-se aos montantes disponíveis em depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez, caracterizadas como investimentos de curtíssimo prazo, com vencimento original inferior a três meses e risco insignificante de alteração em seu valor justo.

Tais recursos incluem, ainda, os saldos vinculados a contas garantidas, desde que atendam aos critérios de disponibilidade imediata e conversibilidade em montante conhecido de caixa, sem restrições significativas ao seu uso.

b) Ativos Circulantes e não circulantes

Os ativos realizáveis e as obrigações exigíveis cujo vencimento ocorra em período superior a doze meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são classificados como não circulantes, em conformidade com os princípios contábeis vigentes.

c) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo históricos de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta; Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

ii) Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, reconhecendo-se a despesa de depreciação no resultado do exercício com base nas taxas fiscais aplicáveis a cada componente.

A depreciação tem início a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir da conclusão da construção e sua efetiva disponibilização para utilização.

d) Fornecedores

O saldo da conta de Fornecedores é composto, predominantemente, por obrigações junto a fornecedores nacionais e estrangeiros, cujos vencimentos ocorrem, em sua maioria, dentro do prazo de até sessenta dias após o encerramento do exercício social.

e) Os empréstimos tomados

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data do recebimento dos recursos, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Subsequentemente, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros e juros apropriados com base no método da taxa de juros efetiva, reconhecidos proporcionalmente aos períodos incorridos.

f) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são apresentados pelos valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, bem como das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

g) Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

Esta apuração está de acordo com a Lei nº 9.430/1996 (Lei do IRPJ) e a Lei nº 13.303/2016 específica de Sociedades de Economia Mista, nos encerramentos de suas demonstrações.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, de natureza legal ou construtiva, decorrente de eventos passados, cuja liquidação provavelmente resultará em saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Ademais, o reconhecimento da provisão ocorre quando é possível realizar uma estimativa confiável do montante necessário para a liquidação da obrigação.

i) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do comitê de pronunciamentos Técnicos.

j) Demonstração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência de exercício

4. Disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa)

ATIVO CIRCULANTE	2025	2024
Caixa e Equivalente de Caixa	18.917.539,89	11.524.496,92
Bancos com movimento	39,56	157,41
Aplicações Imediatas	18.917.500,33	11.524.339,51

Conforme demonstrado no quadro acima, os recursos mantidos na conta "Bancos Conta Movimento" são integralmente transferidos para aplicações financeiras de liquidez imediata, garantindo maior eficiência da companhia na gestão de caixa e rentabilidade sobre os recursos disponíveis.

5. Realizáveis a Curto Prazo

	2025	2024
Realizáveis a Curto Prazo	1.214.946,54	2.246.042,85
Tributos e Contribuições a compensar	1.214.946,54	2.246.042,17

Os tributos a compensar somam R\$ 1.214.946,54 em 2025. Esses créditos são predominantes de contribuições previdenciárias (INSS) e imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. Em 2025, parte dos créditos registrados em 2024 foi compensado junto à Receita Federal do Brasil.

6. Despesas pagas antecipadamente (adiantamentos)

	2025	2024
Adiantamentos	336.410,00	537,14
Despesas pagas antecipadamente (adiantamentos)	336.410,00	537,14

O saldo registrado refere-se, principalmente, a valores de férias pagas antecipadamente aos empregados da Companhia. Nos termos do art. 145 da CLT, o pagamento da remuneração de férias deve ocorrer até dois dias antes do início do respectivo período de gozo. Por essa razão, os valores permanecem temporariamente registrados no ativo como despesas pagas antecipadamente e demonstra o registro transitório, sendo apropriados ao resultado conforme o regime de competência.

7. Participação Capital de Outras Companhias

	2025	2024
Participação Capital de Outras Companhias	29.677.370,94	29.677.370,94
INTERMEF - INTEGRAÇÃO MED. HOSP. FARMACÊUTICO S.A.	1.600.000,00	1.600.000,00
AGROPAM - AGRICULTURA E PECUÁRIA AMAZONAS S.A.	19.952.441,36	19.952.441,36
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS - COSAMA	6.124.929,58	6.124.929,58
MANIVA AGROINDÚSTRIA DA AMAZONIA LTDA CIA. AMAZ. DE DESEN. E IMOBILIZ. DE ATIVOS - CADA S/A	1.000.000,00	1.000.000,00
	1.000.000,00	1.000.000,00
(-) Provisão para Perdas em Investimentos	(1.600.000,00)	(1.600.000,00)
INTERMEF - INTEGRAÇÃO MED. HOSP. FARMACÊUTICO S.A.	1.600.000,00	1.600.000,00

A companhia possui participação societárias no capital das companhias investidas com valor inalterado em relação ao exercício de 2024. Essa participação é avaliada pelo método da equivalência patrimonial e está demonstrada no quadro anterior.

8. Imobilizado

	2025	2024
Imobilizado	813.075,39	371.652,63
Bens Móveis	1.816.178,56	1.773.705,36
(-) Provisão para Depreciação	(1.062.643,29)	(1.466.282,09)
Benfeitorias em Bens de Terceiros	976.850,92	976.850,92
(-) Provisão para Amortização	(917.310,80)	(912.621,56)

Os ativos imobilizados incluem bens moveis no valor de R\$ 813.075,39 em 2025 (aumento de 119% em relação a 2024), esse aumento decorre da alienação dos bens móveis, principalmente COMPUTADORES E PERIFÉRICOS.

9. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores	182.472,45	75.545,38
Fornecedores de Serviços	182.472,45	45.582,98
Contas a Pagar	0,00	29.962,40

A rubrica de Fornecedores corresponde ao montante total das obrigações assumidas junto a terceiros em decorrência da aquisição de bens e serviços essenciais à condução das operações da Companhia, destacando a implantação, em 2025, do sistema integrado da SK COMÉRCIO E CONSULTORIA DE SISTEMAS LTDA.

10. Empréstimos e financiamentos

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	60.781,97	0,00
Empréstimos	60.781,97	0,00

A Companhia não possui saldo de empréstimos em 2024, evidenciando que não houve captação de recursos via operações de crédito durante o exercício. Em 2025, o saldo de R\$ 60.781,97 é referente a empréstimos consignados a funcionários, que serão quitados integralmente ao longo do período. A ausência de operações de crédito junto a terceiros reflete a política financeira da CIAMA, que busca manter sua estrutura patrimonial sem recorrer a endividamento externo.

11. Provisões

	2025	2024
Provisões	2.223.573,17	557.298,86
Provisões trabalhistas	2.223.573,17	557.298,86
Provisões para Débitos Fiscais	0,00	72,96

O saldo das provisões refere-se principalmente a obrigações trabalhistas estimadas. O valor passou de R\$ 557.298,86 em 2024 para R\$ 2.223.573,17 em 2025, em razão do aprimoramento do procedimento de mensuração decorrente da mudança do sistema operacional, que passou a permitir apuração mais abrangente das verbas remuneratórias e encargos incidentes, em conformidade com o regime de competência.

12. Patrimônio Líquido

	2025	2024
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.333.737,21	53.266.635,34
Capital Social	381.920.024,61	343.505.592,64
Capital Subscrito	500.000.000,00	376.000.000,00
) Capital a Integralizar	(118.079.975,39)	(32.494.407,36)
Ajuste de Variação Patrimonial	(210.611.206,87)	(210.611.206,87)
Prejuízos Acumulados	(112.975.080,53)	(79.627.750,43)

Houve um aumento de 33% no Capital Subscrito realizado pelo acionista majoritário da Companhia, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) correspondente.

13. Receitas da Companhia

	2025	2024
Receitas de Aplicações Financeiras	2.018.497,23	675.137,02
(+) OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	1.905.144,45	16.841.855,02
Receitas Diversas	1.905.144,45	17.129.419,88
Recuperação de Despesa	1.256.106,21	41.591,03
Receita não operacional	639.534,28	0,00
Outras Receitas	9.503,96	13.282,55
Contribuição do Estado para Custeio	0,00	17.074.546,30

No exercício findo, as receitas auferidas pela companhia originam-se, exclusivamente, de aplicações financeiras e de outras receitas não operacionais, conforme demonstrado no quadro supracitado. Tais receitas são derivadas de investimentos efetuados em ativos financeiros e de operações que não estão diretamente relacionadas às atividades principais da entidade, evidenciando a busca contínua da administração por maximização do retorno sobre o capital empregado, observando-se as diretrizes e princípios contábeis vigentes.

14. Despesas Administrativas

	2025	2024
Despesas Administrativas	(3.579.578,11)	(4.314.616,43)

A variação identificada nas despesas administrativas em 2025 foi decorrente alienação dos Bens móveis inservíveis, aumentando o valor da Depreciação Acumulada.

15. Despesas Tributárias

	2025	2024
Despesas Tributárias	(64.713,54)	(40.257,72)

A variação identificada nas despesas tributárias em 2025, em relação a 2024 foi em função de pagamento de IOF sobre aplicações financeiras.

16. Resultado do Período

Durante o exercício de 2025, a Companhia manteve sua atuação alinhada às diretrizes governamentais, promovendo o desenvolvimento Econômico e social do estado do Amazonas.

Nesse contexto, a gestão financeira refletiu os desafios inerentes à execução de suas atividades institucionais tendo como consequências variações nas despesas operacionais líquidas, impactadas por vários fatores como a alienação de bens móveis inservíveis e ausência de Receitas Operacionais, impactando a estrutura patrimonial da Companhia.

É fundamental ressaltar que, enquanto sociedade de economia mista, a CIAMA, não tem como finalidade primordial a maximização de resultados financeiros, mas sim a realização de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população. Seu retorno preponderante não se mede apenas sob a ótica contábil, mas pelo impacto positivo gerado no desenvolvimento econômico, tecnológico, ambiental e social do Estado.

Assim, os números apresentados devem ser compreendidos dentro da missão institucional da Companhia, refletindo o compromisso do Estado em fomentar o progresso regional. Longe de serem um mero demonstrativo financeiro, traduzem o esforço contínuo para a concretização de políticas públicas que beneficiam a sociedade como um todo.

A Companhia encerrou o exercício com índice de liquidez corrente de 5,51, indicador que evidencia posição econômico-financeira amplamente favorável e elevada capacidade de solvência no curto prazo. Isso significa que, para cada R\$ 1,00 de obrigação exigível no passivo circulante, a empresa dispõe de R\$ 5,51 em ativos circulantes, demonstrando disponibilidade patrimonial mais que suficiente para fazer frente aos seus compromissos imediatos.

O referido índice revela cenário de expressiva solidez financeira, com folga relevante na cobertura das obrigações de curto prazo, reduzida exposição a riscos de desequilíbrio financeiro e adequada sustentação para a continuidade regular das operações. Trata-se, portanto, de um parâmetro que reforça a consistência da estrutura patrimonial da Companhia e sua plena capacidade de honrar tempestivamente os compromissos assumidos.

Manaus-AM, 25 de março de 2026.

ANTONIO ALUIZIO BARBOSA FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 007.005.332-49

JOSÉ BENTES COUTINHO NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF: 036.847.762-20

EDSON HEITOR MAGALHÃES DE SOUSA
CONTADOR
CPF: 000.564.642-15 CRC: 2423-O

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA. Manaus – AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras estejam livres de distorções, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir parecer de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso parecer de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso parecer. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, sem ressalvas, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Manaus, 25 de março de 2026.

CERTIFICADO DE AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CERTIFICADO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA.

EXERCÍCIO: 2025

1. Foram examinados o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de

Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas, entre outros.

2. Os exames foram efetuados por amostragem, conforme o escopo do plano de Auditoria, elaborado por esta Auditoria e de acordo com a Resolução CFC – Conselho Federal de Contabilidade nº 820/97, de 17.12.1997 (Normas de Auditoria Independentes das Demonstrações Contábeis), Resolução CFC nº 821/97 de 17.12.1997 (Normas Profissionais de Auditor Independente), normas instituídas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Estatuto Social da CIAMA.

3. Em função dos exames realizados, consubstanciado nesse PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2025, recomendamos pela regularidade das contas sem ressalvas.

Manaus, 13 de fevereiro de 2026.

Silvana Raquel Goellner Loureiro

Contadora CRC AM-015006/O

Auditor Independente CNAI – CVM nº. 4755

GONÇALVES CONSULTORIA – Soluções Contábeis e Financeiras
CRC AM-000650/O-0

PARECER DA CONTROLADORIA INTERNA Nº 001/2026 – CI/CIAMA 2026

Baseado no Relatório de Auditoria Independente sobre as
Demonstrações Contábeis.

RELATÓRIO nº 01/2026

EXERCÍCIO nº 2025

UNIDADE AUDITADA: Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA

1. APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 74 da Constituição da República que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art. 74, e Resolução Normativa TCE/AM 0152016, apresenta-se o Parecer Técnico da Unidade de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão, exercício 2025, da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA.

A seguir os instrumentos legais que determinaram a criação e implantação do órgão de Controle Interno desta Companhia: Ato de Designação – datado do dia 27/05/19, da colaboradora Diana Patrícia Costa Vianna, para o cargo de Controladora Interna, a partir de 1º de junho de 2019;

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, datado do dia 29/10/19 – Dispõe sobre a aprovação da Estrutura da Controladoria Interna no Regimento Interno da CIAMA, (artigo 4º, §15), com a definição das atribuições da Controladoria Interna, ligada a Presidência, prevê que o controle interno será coordenado e executado por órgão integrante da estrutura administrativa da CIAMA;

Ata da Reunião de Diretoria Executiva, de 19/03/2020, publicada no DOE, Poder Executivo – Seção II, Pág. 24, que trata da implementação da Controladoria Interna, com efeitos a partir de 1º de junho de 2019, com designação para compor os membros da equipe da Controladoria Interna da Ciama – UCI (Diana Patrícia Costa Vianna e Dione Day Pires Chaves), respondendo suas ações a Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Ata do Conselho de Administração, do dia 01/05/2021, aprovando o Regimento Interno, onde incorpora as atividades da Controladoria Interna no §13.

Ato de designação do dia 07/06/2021, do membro David Amorim Toledo.

2. DADOS DO ÓRGÃO

Órgão: Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA

Responsável e Ordenador de despesas: Antonio Aluizio Barbosa Ferreira

CPF: 007.005.332-49

Ato de criação da CIAMA: Lei nº 2.325, de 08 de maio de 1995.

Vinculação: SEDECTI

Natureza jurídica: Sociedade de Economia Mista

Endereço: Av. Tefé, 3279 – Japiim – CEP: 69078-000 – Manaus-AM.

Assunto: Prestação de Contas referente ao exercício de 2025.

3. MEMBROS DA CONTROLADORIA INTERNA

Diana Patrícia Costa Vianna - Controladora Interna

Dione Day Maria Pires Chaves – Assessora da Controladoria

David Amorim Toledo - Advogado

A análise foi conduzida a partir dos seguintes documentos e normas:

Parecer e Certificado do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis da CIAMA - Exercício 2025;

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da CIAMA.

Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis 2024-2025 e Recomendações à Diretoria.

Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas);

Resolução nº 15/2016 do TCE-AM;

A Controladoria Interna não realizou auditoria contábil própria e as conclusões e recomendações apresentadas foram extraídas exclusivamente do relatório do auditor independente

4. DO RESULTADO DA ANÁLISE DO ATO DE GESTÃO

A presente análise trata da Prestação de Contas da Companhia de

Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, referente ao exercício de 2025, Gestão da Diretoria Executiva, presidida pelo Diretor Presidente, Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira, eleito de acordo com o disposto no art. 142 e 147, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e conforme Ata do Conselho de Administração, datada de 22 de abril de 2025, com espeque no que preceitua o § 4º, do art. 124 da Lei nº 6.404/76 e do Art. 28 e 37 do Estatuto da CIAMA, conforme Ato registrado na JUCEA/AM, em 23/04/2025 e de acordo com o Termo de Posse assinado em 1º de maio de 2025, registrado no dia 14/05/25.

Considerando os elementos que integram as Demonstrações Contábeis que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data e respectivas notas explicativas relativas ao exercício de 2025 da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, elaborados e sob a responsabilidade do chefe do Setor de Contabilidade, Sr. Edson Heitor Magalhães De Sousa, CRC AM, Registro nº 002423/0-3, sob a anuência do Diretor Administrativo Financeiro, Sr. José Bentes Coutinho Neto e do Ordenador de despesas, Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira, e calçada no resultado do Relatório pela Auditoria Independente M.M. GONÇALVES CONSULTORIA EMPRESARIAL, recebido no dia 06 de março de 2025, esta Controladoria Interna informa que emitiu o Parecer Técnico com base no Parecer do Auditor Independente dos contadores Marcio Marques Gonçalves, CRC AM, Registro nº 00650/0-0, e Silvana Raquel Goellner Loureiro, CRC AM-015006-0 e conforme opinião constante no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis e Certificado de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis, exercício 2025 “Em nossa opinião, as demonstrações financeira acima referidas apresentam adequadamente, em todas os aspectos relevantes, sem ressalvas, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS- CIAMA, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em função dos exames realizados, consubstanciado nesse PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2025, recomendamos pela regularidade das contas sem ressalvas.”, conforme emitido pelo auditor independente. Este Parecer do Controle Interno baseia-se exclusivamente no Parecer e Certificado do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis da CIAMA - Exercício 2025, os resultados deste parecer não foram alvo de auditoria contábil ou análise própria nas Demonstrações Financeiras pela Controladoria Interna. As conclusões apresentadas resultam da avaliação do auditor independente, servindo de referência para verificar impactos e sugerir melhorias operacionais que foram devidamente apontadas no Relatório de Controle Interno.

Assim, em atendimento às determinações contidas no Capítulo III, Art. 8º e Art. 9º, IX da Resolução nº 015/2024, e fundamentado no Parecer de Auditoria Independente, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria pela regularidade das contas sem ressalva da gestão dos responsáveis pela Companhia. Desse modo, o processo pode ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE AM, conforme determina a Resolução nº 015/2024 da Egrégia Corte de Contas.

Por fim, cumpre ressaltar que este Parecer não elide nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Controladoria Interna da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA.

Manaus, 11 de março de 2026.

Unidade de Controladoria Interna da CIAMA

DIANA PATRÍCIA COSTA VIANNA
DAVID AMORIM TOLEDO
DIONE DAY PIRES CHAVES

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2026 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS (CIAMA) - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - CNPJ/MF N. 00.624.961/0001-77 NIRE: 1330000490-8

Data, hora e local – Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às nove (9h) horas, na sede social da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA, na Avenida Tefé, 3279 – Japiim, Manaus, Estado do Amazonas. Presenças: Sra. MARIADA CONCEIÇÃO GUERREIRO DA SILVA, brasileira, viúva, contadora, inscrita no CRC-AM nº 07984-0, portadora da cédula de identidade nº 0533593-0 SESEG/AM e inscrita no CPF/MF sob o nº 114.807.422-87, residente e domiciliada na Rua B-24 (Rua Antero de Quental), Conj. 31 de março II, nº 23, Japiim, CEP 69068-000, na cidade de Manaus-AM; Sra. ALANA BARBOSA VALÉRIO TOMAZ, brasileira, casada, engenheira de produção, portadora da cédula de identidade nº 1.841.711 DPT – DF e inscrita no CPF/MF sob o nº 660.616.442-72, Avenida José de Arimateia, 1001, Torre A, Apto 1501 A, CEP 69060-081, na cidade de Manaus-AM; Sr. LUIZ OTÁVIO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 9.036 – OAB/AM, e inscrito no CPF/MF sob o nº 983.548.096-68, residente e domiciliado na Avenida Cecília Meireles, Conj. Residencial Ponta Negra II, Rua D, Casa 247, CEP 69.037-071, Ponta Negra, em Manaus-AM; BRENO PENHA SOUZA SERRA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 19804512 SSP AM e inscrito no CPF/MF sob o nº 530.145.452-87, residente e

domiciliado na Alameda D 20, Quadra 4, bairro Lago Azul, CEP 69018-415, na cidade de Manaus-AM; e RAPHAEL SKROBOT BARBOSA GROSSO, de nacionalidade brasileira, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 1283349-5 SSP AM, inscrito no CPF/MF sob o nº 509.389.592-04, residente e domiciliado na Rua Teresina, 178, CEP: 69057-070, na cidade de Manaus-AM.

Publicações – Dispensada a formalidade da publicação de editais em face do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. Ordem do dia – a) Análise dos balancetes do 4º trimestre do ano de 2025; b) Exame, discussão e emissão de parecer sobre as demonstrações contábeis da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; c) o que ocorrer. Deliberações – Conforme ordem do dia, foi deliberado o seguinte: a) Após exame dos balancetes concernentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025, os conselheiros deliberaram e emitiram o seguinte parecer: "O Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, por intermédio dos seus membros, eleitos na forma do que dispõe os artigos 17, IV e 31 do Estatuto Social da Companhia c/c artigos 161 e 162 da lei 6.404/76, conforme Ata de Assembleia Geral de Acionistas de 22 de abril de 2025, regularmente publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas na edição de nº 35.483 do dia 12 de junho de 2025 e registrada na Junta Comercial do Estado sob nº 1759295 em 29 de abril de 2025 sob o NIRE 13300004908 e protocolo 250313561 de 29 de abril de 2025, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 33 do Estatuto da Companhia, examinou os balancetes referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025, aprovando, por unanimidade e sem ressalvas, na forma do disposto no artigo 163, VI da lei 6.404/76 c/c artigo 33, III do Estatuto da CIAMA, consolidando o exame de todos os balancetes do exercício de 2025. b) Em seguida, após examinar as Demonstrações Financeiras concernentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2025, devidamente auditadas pela empresa MM Gonçalves Consultoria Empresarial LTDA, os conselheiros examinaram as contas e emitiram o seguinte parecer: "O Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, por intermédio dos seus membros, eleitos na forma do que dispõe os artigos 17, IV e 31 do Estatuto Social da Companhia, conforme Ata de Assembleia Geral de Acionistas de 22 de abril de 2025, regularmente publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas na edição de nº 35.483 do dia 12 de junho de 2025 e registrada na Junta Comercial do Estado sob nº 1759295 em 29 de abril de 2025 sob o NIRE 13300004908 e protocolo 250313561 de 29 de abril de 2025, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 33 do Estatuto da Companhia c/c artigo 163 da lei 6.404/76, examinou as demonstrações financeiras da CIAMA referentes ao exercício de 2025, elaboradas com base no que dispõe o artigo 176 da lei nº 6.404/76. Com base na regular análise desses documentos em conjunto com as notas explicativas emitidas pela Diretoria Executiva e o Parecer da Auditoria Independente emitido por MM Gonçalves Consultoria Empresarial LTDA, considerando, ainda, que as demonstrações financeiras exprimem com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício, tendo a Companhia emitido com regularidade: (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) as demonstrações dos fluxos de caixa, o Conselho Fiscal da CIAMA apresenta parecer favorável à aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2025, sem ressalvas, na forma do disposto no artigo 163, VII da lei 6.404/76 c/c artigo 33, I do Estatuto da CIAMA." E nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e aprovada por todos os presentes. Em Manaus (AM), 17 de março de 2026.

ANEXO 01 PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2025

O Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, por intermédio dos seus membros, eleitos na forma do que dispõe os artigos 17, IV e 31 do Estatuto Social da Companhia, conforme Ata de Assembleia Geral de Acionistas de 22 de abril de 2025, regularmente publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas na edição de nº 35.483 do dia 12 de junho de 2025 e registrada na Junta Comercial do Estado sob nº 1759295 em 29 de abril de 2025 sob o NIRE 13300004908 e protocolo 250313561 de 29 de abril de 2025, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 33 do Estatuto da Companhia c/c artigo 163 da lei 6.404/76, examinou as demonstrações financeiras da CIAMA referentes ao exercício de 2025, elaboradas com base no que dispõe o artigo 176 da lei 6.404/76. Com base na regular análise desses documentos em conjunto com as notas explicativas emitidas pela Diretoria Executiva e o Parecer da Auditoria Independente emitido por MM Gonçalves Consultoria Empresarial LTDA, considerando, ainda, que as demonstrações financeiras exprimem com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício, tendo a Companhia emitido com regularidade: (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) as demonstrações dos fluxos de caixa, o Conselho Fiscal da CIAMA apresenta parecer favorável à aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2025, sem ressalvas, na forma do disposto no artigo 163, VII da lei 6.404/76 c/c artigo 33, I do Estatuto da CIAMA.

MARIA DA CONCEIÇÃO GUERREIRO DA SILVA
Membra Titular do Conselho fiscal

ALANA BARBOSA VALÉRIO TOMAZ
Membra Titular do Conselho fiscal

LUIZ OTÁVIO DA SILVA
Membro Titular do Conselho fiscal

BRENO PENHA SOUZA SERRA
Membro Titular do Conselho fiscal

RAPHAEL SKROBOT BARBOSA GROSSO
Membro Titular do Conselho fiscal

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA
NO DIA 17 DE MARÇO DE 2026 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO AMAZONAS (CIAMA) - SOCIEDADE DE ECONOMIA
MISTA - CNPJ/MF N. 00.624.961/0001-77 - NIRE: 1330000490-8**

Data, hora e local – Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às quatorze (14h) horas, na sede social da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – CIAMA, na Avenida Tefé, 3279 – Japiim, Manaus, Estado do Amazonas.

Presenças: Sr. ANTONIO ALUIZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade nº 068089-3 SSP AM, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.005.332-49, residente e domiciliado na Avenida Mário Ypiranga, 1939 – Condomínio Carlos Drummond de Andrade, Apto. 702 – Adrianópolis, CEP 69057-002, em Manaus-AM; NATÁLIA LIMA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, contadora, portadora da cédula de identidade nº 25814427 SSP-AM, CRC nº AM-017623/O e inscrita no CPF/MF sob o nº 015.581.802-30, residente e domiciliada na Rua Jufarí, Condomínio Residencial Jardim Encontro das Águas, S/N, Casa 114, Dom Pedro II, Manaus - AM, CEP: 69040-003, na cidade de Manaus-AM, e-mail: nataliaalmeida_am@hotmail.com; FABRÍCIO ROGÉRIO CYRINO BARBOSA, de nacionalidade brasileira, casado, tecnólogo em segurança da informação, portador da cédula de identidade nº 10651446 SESEP AM, inscrito no CPF/MF sob o nº 623.909.372-68, residente e domiciliado na Avenida Maneca Marques, 177 - Condomínio The Sun, Apartamento 601, CEP: 69055-021, e-mail: fabriciorcbarbosa@gmail.com; KALLYNE BRUNA NEVES MONASSA, de nacionalidade brasileira, casada, psicóloga, portadora da cédula de identidade nº 25180134 SSP AM, inscrita no CPF/MF sob o nº 011.084.962-02, residente e domiciliada na Avenida Professor Nilton Lins, 2401 - Condomínio Brisas do Parque Residencial, bloco 3, apartamento 304, bairro Flores, CEP 69058-030, e-mail kallynemonassa08@gmail.com e OSWALDO JODAS LOPES FILHO, de nacionalidade brasileira, casado, jornalista, portador da cédula de identidade nº 1189148 SSP-AM, inscrito no CPF/MF sob o nº 527.108.408-63, residente e domiciliado na Rua Raimundo Nonato de Castro, 773, Apto. 1302, Torre C, bairro Ponta Negra, CEP 69037-042, na cidade de Manaus-AM.

Publicações – Dispensada a formalidade da publicação de editais em face do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

Ordem do dia – a) Apreciação dos demonstrativos contábeis dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025, aprovados pelo Conselho Fiscal da Companhia; b) Parecer quanto ao Balanço Patrimonial 2025 da CIAMA e suas demonstrações financeiras, devidamente aprovados pelo Conselho Fiscal; c) O que ocorrer.

Deliberações – Conforme ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade, o seguinte: a) Após exame dos balancetes concernentes aos meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2025, os conselheiros deliberaram e emitiram o seguinte parecer: "O Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, por intermédio dos seus membros, eleitos na forma do que dispõe os artigos 17, IV e 20 a 29 do Estatuto Social da Companhia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 28, IV do Estatuto da Companhia, apreciou os balancetes referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2025, aprovando-os, por unanimidade e sem ressalvas, na forma do disposto no artigo 142, III e V da lei 6.404/76 c/c artigo 28, IV do Estatuto da CIAMA." b) Após apreciar as Demonstrações Financeiras concernentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, devidamente auditadas pela empresa MM Gonçalves Consultoria Empresarial LTDA, os conselheiros emitiram o seguinte parecer: "O Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, por intermédio dos seus membros, eleitos na forma do que dispõe os artigos 17, IV e 20 a 29 do Estatuto Social da Companhia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 28, IV do Estatuto da Companhia, examinou as demonstrações financeiras da CIAMA referentes ao exercício de 2025, elaboradas com base no que dispõe o artigo 176 da lei 6.404/76. Com base na regular análise desses documentos em conjunto com as notas explicativas emitidas pela Diretoria Executiva e o Parecer dos Auditores Independentes emitido por MM Gonçalves Consultoria Empresarial LTDA, considerando, ainda, que as demonstrações financeiras exprimem com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício, tendo a Companhia emitido com regularidade: (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) as demonstrações dos fluxos de caixa, o Conselho de administração da CIAMA apresenta parecer favorável à aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2025, sem ressalvas, na forma do disposto no artigo 142, III e V da lei 6.404/76 c/c artigo 28, IV do Estatuto da CIAMA. E nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e aprovada por todos os presentes. Em Manaus

(AM), 17 de março de 2026.

**ANEXO 01
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2025**

O Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, por intermédio dos seus membros, eleitos na forma do que dispõe os artigos 17, IV e 20 a 29 do Estatuto Social da Companhia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 28, IV do Estatuto da Companhia, examinou as demonstrações financeiras da CIAMA referentes ao exercício de 2025, elaboradas com base no que dispõe o artigo 176 da lei 6.404/76. Com base na regular análise desses documentos em conjunto com as notas explicativas emitidas pela Diretoria Executiva e o Parecer dos Auditores Independentes emitido por MM Gonçalves Consultoria Empresarial LTDA, considerando, ainda, que as demonstrações financeiras exprimem com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício, tendo a Companhia emitido com regularidade: (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) as demonstrações dos fluxos de caixa, o Conselho de administração da CIAMA apresenta parecer favorável à aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2025, sem ressalvas, na forma do disposto no artigo 142, III e V da lei 6.404/76 c/c artigo 28, IV do Estatuto da CIAMA.

ANTONIO ALUIZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA
Conselheiro

NATÁLIA LIMA DE ALMEIDA
Conselheira

FABRÍCIO ROGÉRIO CYRINO BARBOSA
Conselheiro

KALLYNE BRUNA NEVES MONASSA
Conselheira

OSWALDO JODAS LOPES FILHO
Conselheiro